



CAPÍTULO 3

QUILOMBOS NA FAZENDA DE SANTA CRUZ, SÉCULO XIX

Edite Moraes da Costa

Discente de doutorado PPHR/UFRRJ,

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0002-2195-7955>

RESUMO: A história fundiária da Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, não foi pautada nos ditames da função social da terra. Organizada pelos padres jesuítas e mantida pela Coroa portuguesa, e pelo Império brasileiro, onde as Ordenações Filipinas garantiu a enfiteuse perpétua de suas terras, delegando aos foreiros o peso do foro. E não foi diferente com as terras ocupadas por quilombos, que nos aforamentos do século XIX, pagavam seus devidos foros em réis e galinhas à Superintendência.

PALAVRAS-CHAVE: Fazenda de Santa Cruz; Aforamentos; Quilombos; História Fundiária.

QUILOMBOS ON THE SANTA CRUZ FARM, 19TH CENTURY

ABSTRACT: The land tenure history of the Santa Cruz Farm in Rio de Janeiro was not guided by the dictates of the land's social function. It was organized by Jesuit priests and maintained by the Portuguese Crown and the Brazilian Empire, where the Philippine Ordinances guaranteed perpetual emphyteusis over its lands, delegating the burden of the land rent to the tenant farmers. The same was true for the lands occupied by quilombos, which, in the 19th-century land tenures, paid their due land rent in réis and galinhas to the Superintendency.

KEYWORDS: Santa Cruz Farm; Quilombos; Land History.

INTRODUÇÃO

Ao depararmos com a palavra “quilombo”, logo nos remetemos às fugas e resistências dos escravizados africanos, que deram origem às comunidades quilombolas no Brasil. Mas, de acordo com Munanga¹, a origem da palavra “quilombo”

¹ MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista U S P, São Paulo, Nº 2 8: pp. 56-63, dezembro/fevereiro 1995/96.

vem dos povos de línguas bantu e alguns ramos desses povos bantu, foram trazidos e escravizados em diversas regiões do Brasil. Ele explica, que o quilombo na África, “enquanto instituição sociopolítica e militar, é resultado de uma longa história envolvendo regiões e povos, de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios”².

No contexto brasileiro, na avaliação de Amanda Jorge³ sobre a origem histórica das comunidades quilombolas no Brasil, a palavra quilombo “não deve ser ancorada somente na trajetória da fuga de escravos do sistema escravocrata, ou diante da ideia de isolamento geográfico”⁴, como no velho conceito construído no período colonial. Na análise de Munanga, o quilombo no Brasil, ao unir africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não-africanos, recebeu influências diversas, culminando no seu caráter transcultural. Com efeito, os escravizados africanos, e seus descendentes, nunca ficaram presos aos modelos ideológicos excludentes. Suas práticas e estratégias desenvolveram-se dentro do modelo transcultural, com o objetivo de formar identidades

personais ricas e estáveis que não podiam estruturar-se unicamente dentro dos limites de sua cultura.

Vários estudos, dentre eles Arruti⁵, Brandão⁶ e O’Dwyer⁷, concordam que a consolidação dessas comunidades tradicionais ultrapassa esse conceito construído no período colonial. Sistemas distintos de apossamento e uso comum dos territórios podem ser encontrados nas várias regiões brasileiras, incluindo compra, doação, e ocupação de áreas abandonadas pela exploração comercial. As comunidades quilombolas são classificadas como povos tradicionais, por serem grupos sociais que operam uma maneira própria de desenvolver suas práticas cotidianas de manutenção e reprodução de seu modo de vida. O trabalho executado na maioria das vezes é arraigado na agricultura de subsistência com muito pouca, ou nenhuma, acumulação de capital. Trata-se de um modo de vida ancorado na dependência da natureza e em torno de laços familiares⁸.

² MUNANGA, 1995. p. 57.

³ JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015. DOI: 10.19180/1809-2667.v17n315-08. Disponível em: O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória | Revista Vértices Acesso em 08 nov 2024.

⁴ JORGE, 2015. p.139.

⁵ ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana, v.3, n.2, oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000200001&script=sci_arttext Acesso em: 4 jan. 2025. ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

⁶ BRANDÃO, André. Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

⁷ O’DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O’DWYER, Eliane Cantarino (Org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

⁸ BRANDÃO, 2010.

Os quilombos que se formaram na Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, tiveram uma especificidade em relação aos demais: a questão fundiária. Encontramos nos registros de aforamento de terras da Fazenda, localidades com denominação de quilombo. Essas terras aforadas pagavam o foro à Superintendência da fazenda, no início do século XIX. Quando se deu a formação desses quilombos, e sua permanência no período imperial, ainda não temos resposta. O ineditismo deste trabalho carece de maior pesquisa para que possamos responder tais questões. Mas, antes precisamos entender o que é a Fazenda de Santa Cruz, um passivo de mais de 450 anos, que atualmente pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência do Rio de Janeiro (INCRA/RJ).

A Fazenda de Santa Cruz tem a sua origem nos militares que vieram com Estácio de Sá para expulsar os franceses da costa da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e ganharam sesmarias ao longo do litoral do atual estado do Rio de Janeiro, como recompensa pelo sucesso da expedição e para efetivar a colonização e defesa do território. Entre eles figura o militar Cristóvão Monteiro, primeiro Ouvidor-Mor da recém cidade, que foi contemplado com duas sesmarias em 1567. Após a sua morte, tais sesmarias foram doadas por sua viúva, Marquesa Ferreira, a duas ordens religiosas da Igreja Católica. A sesmaria que deu origem ao atual município de Duque de Caxias, foi doada aos Carmelitas, e a de Guaratiba foi doada aos Jesuítas, em 1579.

A sesmaria de Guaratiba tinha por extensão a costa da Baía de Sepetiba, desde Pedra de Guaratiba até Itacuruçá, e seguia rumo ao interior até Rio Claro e Nova Iguaçu, formando um retângulo. Ao tomar posse, os padres jesuítas anexaram outras terras, adquiridas por compra, permuta e doações, formando um segundo retângulo, bem maior que o primeiro, e consagraram a vasta planície à Cruz de Cristo. E assim, a Ordem dos Jesuítas constituiu a Fazenda de Santa Cruz, sua mais opulenta propriedade no Brasil. Tendo os Rios Guandu e Paraíba do Sul dentro dos seus limites, foi inteiramente constituída, legitimada e conquistada, por volta de 1590, de acordo com Manuela Pedroza⁹.

Classificada por Carlos Engemann como “Império de Santa Cruz”¹⁰, por sua dimensão geográfica, importância econômica, e por possuir um grande número de escravizados mestiços especializados em diversos ofícios. De acordo com Márcia Amantino¹¹, os padres enviavam, no máximo, de dois a três homens africanos escravizados para a Fazenda de Santa Cruz por ano, e promoviam a miscigenação entre eles e as indígenas aldeadas. Mas, seus rebentos nasciam escravizados, o que de certa forma mantinham as indígenas presas aos limites da Fazenda, já que não podiam ser escravizadas. Permitiam que vivessem em família, em senzalas separadas e um pequeno roçado, além dos sacramentos do matrimônio e de batismo.

⁹ PEDROZA, Manoela. Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759). Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.

¹⁰ ENGEMANN, Carlos. Os servos de Santa Inácio a serviço do imperador: demografia e relações sociais entre a escravidão da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820) (dissertação). UFRJ, 2002. p.5.

¹¹ AMANTINO, Márcia. De “curral dos padres” à gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In ENGEMANN, Carlos. Org. Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

A produção de gado da Fazenda de Santa Cruz abastecia os demais colégios da Ordem dos Jesuítas, no eixo Rio – São Paulo – Minas. Seus escravizados, mão de obra qualificada em diversos ofícios, principalmente, em obras de engenharia e infraestrutura, eram alugados e deslocados para outras fazendas. A vasta relação dos ofícios exercidos pelos Jesuítas era ensinada aos escravizados com mais habilidades e aptidão para determinado ofício, e que exerciam tais ofícios juntamente com os padres, que eram:

arquiteto, desenhista, ourives de prata e de ouro, caieiro, dourador, diretor do Relógio, Prefeito do refeitório, porteiro, tipógrafo, encadernador, impressor, pastor de rebanho, agricultor, despenseiro, cabeleireiro, cerieiro (fazia as velas e objetos de cera), piloto, pedreiro, construtor naval, construtor de pontes, mestre de obras, mestre de pedraria, carpinteiro, torneiro, serrador, tanoeiro, entalhador, ferreiro, serralheiro, caldeireiro, covoqueiro, carvoeiro, pintor plástico e à liso, escultor, tecelão, enfermeiro, cirurgião, pescador, hortelão, oleiro, carreiro, barbeiro, fundidor, alfaiate, roupeiro, sapateiro, cozinheiro, etc.¹²

Entre os escravizados também havia os músicos que formavam a orquestra e o coral da Fazenda de Santa Cruz, que se apresentavam em festividades da Ordem dos Jesuítas e demais eventos da câmara municipal. Entre a produção da Fazenda, havia a criação de oito mil cabeças de gados, mil e duzentos cavalos e burros e duzentos carneiros, produção de arroz, feijão, mandioca, guaxima (para a fabricação de cordas de canhão), anil, fumo, algodão, cochonilha, legumes, frutas, cacau, café, açúcar, e manufaturas como olaria, ferraria, carpintaria, serraria, fábricas de cerâmicas, de canoas, de móveis e de artigos de couro, um estaleiro em Piranema, tanoaria, atividades de ourives, de prateiros e de tecelagem, forno de cal, hospital, botica, casa de farinha, engenhos¹³, tudo isso, antes da expulsão dos Jesuítas pelo Decreto do Marquês de Pombal, em 1759.

¹² COSTA, Edite Moraes da. Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2017. p. 34.

¹³ FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume I*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1985. p. 122.

Tabela 1 – Quantitativo de escravizados da Fazenda de Santa Cruz nos séculos XVIII e XIX¹⁴.

ANO	FAZENDA REAL DE SANTA CRUZ	FAZENDA IMPERIAL DE SANTA CRUZ
1759	1016 ESCRAVOS	-
1791	1342 ESCRAVOS	-
1818	1457 ESCRAVOS	-
1832	-	1524 ESCRAVOS
1837	-	1772 ESCRAVOS
1856	-	2200 ESCRAVOS
1870	-	1917 ESCRAVOS

Fonte: CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016. p. 20.

Desde sua constituição que a Fazenda de Santa Cruz servia como pasto para descanso e engorda do gado, oriundo do interior da colônia, para abastecer a Cidade do Rio de Janeiro. As estradas construídas pelos Jesuítas eram as únicas na região, e não somente o gado, mas todos os gêneros alimentícios passavam ou eram fornecidos pela Fazenda. Do momento da posse efetiva em 1589, até a sua expulsão em 1759, a Companhia de Jesus manteve o abastecimento de várias cidades, incluindo a do Rio de Janeiro. Segundo Fridman¹⁵, “pode-se afirmar que a Fazenda de Santa Cruz se constituía em um grande centro agrofábril, autônomo, produtor de excedente escoado por caminhos (estradas, valas, canais e rios navegáveis) tanto em direção ao mar para chegar à Corte quanto para outros engenhos”. Após a expulsão dos Jesuítas pelo ministro Marquês de Pombal, a Fazenda de Santa Cruz foi confiscada e incorporada aos bens da família real portuguesa, sua administração entregue a superintendentes nomeados, e marcada por problemas e decadências.

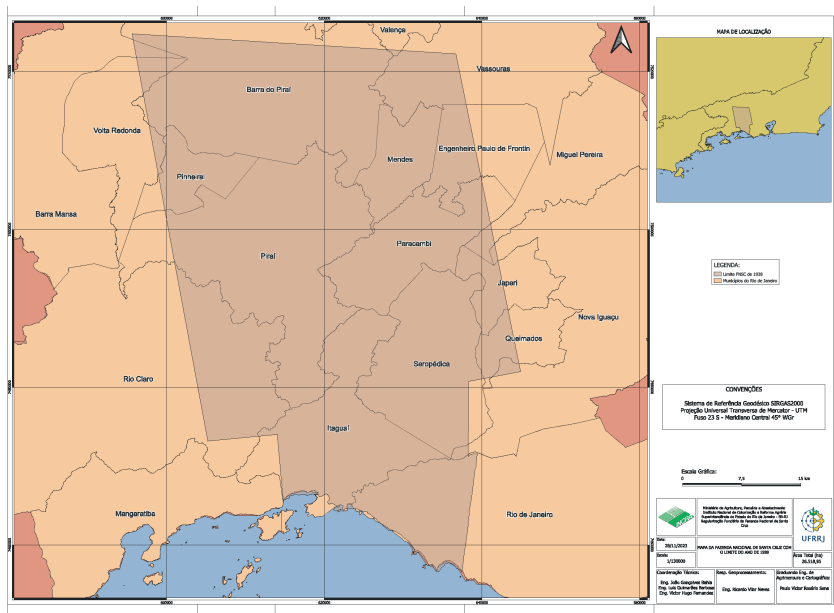
Sob os jesuítas denominava-se Fazenda de Santa Cruz. Após o seu confisco, passou a Real Fazenda de Santa Cruz, e no Império brasileiro, Imperial Fazenda de Santa Cruz. Com o advento da República passou a Fazenda Nacional de Santa Cruz. A seguir, apresentamos o perímetro da Fazenda de Santa Cruz, georreferenciado no atual mapa do estado do Rio de Janeiro, para que tenhamos um maior entendimento de sua dimensão geográfica e dos atuais municípios que se formaram em suas terras. O perímetro aqui utilizado foi constituído em 1955, por representantes do governo

¹⁴ Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1759. Arquivo Nacional; Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1791. Arquivo Nacional, Códice 808, Volume 4; Fazenda Nacional de Santa Cruz, Códice 1122, Volume 01; Correio da Tarde, 25 de fevereiro de 1856; Correio da Tarde, 22 de março de 1856; FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999. Citado in CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016. p. 20.

¹⁵ FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

e os ocupantes das terras. Ainda não foi localizado o legítimo Livro de Tombo da Fazenda de Santa Cruz, elaborado pelos Jesuítas, com as dimensões do perímetro. E localidades citadas nos livros de 1824, nos fornece dados que ultrapassam o perímetro de 1955, como por exemplo, temos a Mata da Paciência aforada e que está fora desse limite. O que sugere que o perímetro oficializado sofreu mudanças políticas em relação aos aforamentos, desvinculando terras para não pagar o foro.

Mapa 1 – Perímetro da Fazenda Nacional de Santa Cruz.



Fonte: INCRA/UFRRJ – Regularização Fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz, 2023.

A Fazenda de Santa Cruz não foi dada como terras devolutas devido a administração dos jesuítas, que mantinham quase dois mil escravizados, com arrecadação de foros das terras arrendadas e o aluguel de escravizados especializados. Com a chegada da família Real, em 1808, e o Rio de Janeiro transformando-se em sede do governo português, D. João VI doou alguns dos melhores “campos” da Real Fazenda de Santa Cruz aos membros da Corte e seus parentes para se estabelecerem, a amigos e funcionários do governo, proprietários dos imóveis confiscados na cidade do Rio de Janeiro, e deixou a administração da Fazenda aos cuidados de superintendentes.

De acordo com o memorialista Benedicto Freitas, existiam vários quilombos no interior da Fazenda de Santa Cruz, e os mais numerosos eram os das cabeceiras do Rio Guandu. Um deles foi atacado em 1691 pelas tropas da cidade e, parece sem nenhum êxito, pois em 1762, Gomes Freire ordenava ao Capitão-Mor da Aldeia de Itaguaí, que fosse atacar o quilombo do Guandu¹⁶. O escravizado fujão tinha a pena de ser marcado com ferro em brasa nas espátulas com a letra “F”, e se voltasse a fugir tinha uma de suas orelhas cortada. Para o autor, os escravizados que fugiam internavam-se nos matos próximos a estradas, para a noite roubar o necessário à sua subsistência, inclusive gado¹⁷.

A administração de Inácio José Garcia (1856-1867), conhecido como o “Carrasco do Cruzeiro”, “título recebido por ter retirado a cruz dos jesuítas de frente do palácio da fazenda, tendo colocado o pelourinho para aplicação de castigos físicos aos escravos”¹⁸, assistimos um período em que os escravizados da Fazenda realizaram vários movimentos de revoltas. Deve-se a Garcia inúmeras denúncias de maus tratos à escravidão, o estado de abandono da Fazenda, os desvios de verbas, a utilização dos escravos ao seu serviço e a manipulação do comércio local para enriquecimento próprio. Sua gestão foi tão tumultuada que, no período, houve uma tentativa de assassinato contra ele, em 1865, e termina com sua morte suspeita e questionável para a época¹⁹. Durante sua administração, a Fazenda de Santa Cruz passou por um dos momentos mais conturbados da sua história, fatores políticos, econômicos e sociais de esfera nacional acabaram repercutindo no modo de administrar de Garcia e tiveram consequências na escravidão²⁰.

Iremos dialogar aqui sobre as terras de quilombos lançados no Livro de Lançamento de Foreiros, de 1824, quando o imperador D. Pedro I ordenou que todos os que tinham benfeitorias na Fazenda deviam fazer o recadastramento e declararem o ano em que se estabeleceram nas terras da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Esse recadastramento rendeu quatro livros, que se encontram na sede INCRA/RJ. Neles constam o nome do foreiro, a localidade da terra e o valor do foro. Contudo, os foreiros não declararam as medidas ou confrontantes da terra ocupada, nestes registros.

Existe, porém, uma carência de pesquisas relativas à Fazenda de Santa Cruz durante a administração jesuítica, à formação de quilombos ou levantes de escravizados dentro dos seus limites no período colonial. Temos como evidências

¹⁶ FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. p. 178.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016. p. 42-43.

¹⁹ FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999, P. 203. Citado in CORRÊA 2016. p. 42.

²⁰ *Ibidem*.

da existência de quilombos as denominações das localidades dos terrenos aforados declaradas pelos foreiros, no recadastramento de 1824. Esperamos assim, dar subsídios para posteriores trabalhos sobre a administração jesuítica, movimentos sociais dos escravizados e formação de quilombos. Encontramos, no Livro Nº 1 – 1º Volume e no Livro Nº 1 – 2º Volume, de Lançamento de Foreiros da Real Fazenda de Santa Cruz, os seguintes foreiros e localidades listados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Foreiros que ocuparam terras de quilombos na Real Fazenda de Santa Cruz, em 1824.

Ano declarado	Local	Nome do foreiro
1821	Cachoeira do Mondéo dos Pretos	D. Anna Roberta de Vasconcelos
1823	Cachoeira do Mondéo dos Pretos	D. Anna Luiza do Nascimento
1826	Lagoa do Quilombinho	Custódio Pires da Fonseca
1823	Mondéo dos Pretos	Luiz José de Sá Freire
1823	Pé da cachoeira do Mondéo dos Pretos	D. Anna Luiza do Nascimento
1823	Quilombo	Manoel Antonio de Sá
1822	Quilombo	Manoel Pereira de Lemos
1823	Quilombo	D. Anna Bazília Guerobina
1823	Quilombo	Manoel [ilegível]
1823	Quilombo	Anna Maria (preta)
1824	Quilombo do Garcia	Antonio José da Costa
1824	Quilombo do Garcia	José Antonio da Silva
1824	Quilombo Estrada Geral de Taguahy	José Xavier Vidal Moniz Barreto
1823	Quilombinho	D. Marianna Xavier Vidal Moniz Barreto
1823	Ribeirão do Mondéo dos Pretos	José Tiburcio de Sá Freire
1823	Ribeirão do Mondéo dos Pretos	Luiz Barboza de Sá Freire
1826	Saco do Quilombo	Joaquim Ribeiro
1824	Saco do Quilombo	Joaquim Ribeiro
1823	Serrinha do Quilombo	Manoelo Oliveira Siqueira
1822	Serrinha do Quilombo	Francisco Pereira de Lemos de Farias
1822	Serrinha do Quilombo	Michaela Ferreira de Andrade
1823	Timbuíba	José Correia do Prado

Fonte: Livro Nº 1 – 1º Volume e Livro Nº 1 – 2º Volume de Lançamento de Foreiros da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Acervo INCRA/RJ.

O ano declarado da ocupação das terras, em sua maioria, possivelmente não é o que realmente ocorreu, pois muitos estavam com o foro em atraso e se declarasse o ano correto teria primeiro colocar o foro em dia para realizar o recadastramento. Outra questão, os foreiros ocuparam terras que já havia produção agrícola, pois não precisava de investimentos. E a maioria dos quilombos tinha produção agrícola familiar, para o sustento dos conviventes. Apenas uma foreira estava anotada ao lado do nome, entre parênteses, ser preta.

De acordo com as informações do senhor Josemar Oliveira, funcionário aposentado do INCRA e responsável pelos aforamentos de áreas rurais da Fazenda Nacional de Santa Cruz nas décadas de 1970 e 1980, essas localidades de quilombos foram aforadas por senhores de escravizados durante o século XIX. Tais localidades são conhecidas atualmente, como: Mundéo dos Pretos ou Sá Freire e Cachoeira do Mundéo dos Pretos, em Seropédica; Quilombo do Garcia, entre Seropédica e Paracambi, e teve a transferência de aforamento concedida a empresa Irmãos Flores, em 1905; Sepo da Timbuíba e Quilombo, entre Seropédica e Itaguaí; Serrinha do Quilombo, na subida da Serra das Araras, entre Paracambi e Seropédica, te a transferência de aforamento concedida pelo ministro da fazenda, em 1923, a Antônio Elyzeu dos Santos; Serra do Quilombo, na subida da serra para Paulo de Frontim, entre Seropédica e Paracambi. Todos esses quilombos pagavam seus devidos foros à Superintendência da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

Concluimos assim, que esses quilombos tiveram sua formação entre os séculos XVII e XVIII, para que fosse possível serem referências de localidades no início do século XIX. A consulta em livros de aforamentos anteriores a 1824 se faz necessária para se fazer a cadeia retroativa do aforamento dessas localidades de quilombos. Alguns livros se encontram no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, e dados sobre a administração jesuítica pode ser localizado no arquivo do colégio da Ordem dos Jesuítas do Rio de Janeiro. O Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, tem documentos do período jesuítico no Brasil colônia. Um levantamento no Arquivo Ultramarino ainda não foi realizado, assim como, nos arquivos das sedes da Ordem na França e na Bélgica, e no arquivo do Vaticano, em Roma.

Encontramos produções acadêmicas sobre os escravizados da Imperial Fazenda de Santa Cruz, desenvolvidas em Programa de Pós-graduação em História nas universidades do estado do Rio de Janeiro. Os professores pesquisadores Fânia Fridman, Carlos Engemann, Márcia Amantino e Manoela Pedroza, e o memorialista Benedicto Freitas, são referências para se pesquisar a Fazenda de Santa Cruz. As pesquisas mais recentes são de Edite Moraes, Amanda Souza e João Corrêa, e variados trabalhos sobre a Fazenda são apresentados no Encontro de História e Patrimônio da Fazenda de Santa Cruz, realizado em 2021 e 2023. Os anais do encontro de 2021 foi publicado em e-book pela ANPUH RIO. Mas ainda não existe produção sobre os quilombos da Fazenda de Santa Cruz.

REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional:

Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1759.

Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1791. Códice 808, Volume 4.

Fazenda Nacional de Santa Cruz, Códice 1122, Volume 01.

INCRA

Livro Nº 1, Volumes 1º e 2º, de Lançamento de Foreiros. Superintendência da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Hemeroteca Digital da biblioteca Nacional:

Correio da Tarde, 25 de fevereiro de 1856.

Correio da Tarde, 22 de março de 1856.

AMANTINO, Márcia. De “curral dos padres” à gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In ENGEMANN, Carlos Org. Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana, v.3, n.2, oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131997000200001&script=sci_arttext Acesso em: 4 ago. 2010.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

BRANDÃO, André. Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

CORRÊA, João Batista. Imperial Fazenda de Santa Cruz: Escravidão e Liberdade na Segunda Metade do Século XIX (1856-1891). Dissertação de Mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2016.

COSTA, Edite Moraes da. Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do

Matadouro Industrial (1870-1890). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2017..

ENGEMANN, Carlos. Os servos de Santa Inácio a serviço do imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820) (dissertação). UFRJ, 2002.

FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. p. 178.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015. DOI: 10.19180/1809-2667.v17n315-08. Disponível em: O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória | Revista Vértices Acesso em 08 nov 2024.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista U S P, São Paulo, Nº 2 8: pp. 56-63, dezembro/fevereiro 1995/96.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

PEDROZA, Manoela. Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759). Jundiá [SP]: Paco Editorial, 2020.